

Co-produzindo o conhecimento urbano:
a caminho da realização do Objectivo de
Desenvolvimento Sustentável 11

RESULTADOS FINAIS LUANDA



Tabela de Conteúdo

| | |
|---|----|
| Objectivos de Desenvolvimento Sustentável | 3 |
| ODS 11 | 4 |
| O compromisso para com os ODS em Angola | 7 |
| Objectivo da pesquisa | 7 |
| Metodologia | 8 |
| Perfil dos bairros inquiridos | 9 |
| Perfil socio-económico da amostra total | 10 |
| Meta 11.1 | 13 |
| Meta 11.2 | 19 |
| Meta 11.6 | 22 |
| Meta 11.3 | 27 |
| Conclusões | 29 |
| Agradecimentos | 30 |
| Contactos & Informações adicionais | 31 |

Lista de Imagens

| | |
|---|----|
| Imagem 1. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (UN Habitat). | 04 |
| Imagem 2. 5 P's de Desenvolvimento Sustentável (UN Habitat). | 04 |
| Imagem 3. Capa de relatório INE (INE, 2018). | 08 |
| Imagem 4. Grupo focal Nova Urbanização (Autora, Outubro 2018). | 09 |
| Imagem 5. Grupo focal Km12A (Autora, Outubro 2018). | 09 |
| Imagem 6. Mapa de localização dos bairros em estudo Luanda (Bennett, 2020). | 10 |
| Imagem 8. Latrina Luanda (Autora, Outubro 2018). | 15 |
| Imagem 10. Água comunal Nova Urbanização (Autora, Outubro 2018). | 15 |
| Imagem 9. Vendedores informais de água Km12A (Autora, Setembro 2018). | 15 |
| Imagem 7. Torneira 2 Nova Urbanização (Autora, Outubro 2018). | 15 |
| Imagem 11. Negócio em casa Cariango (Autora, Setembro 2018). | 16 |
| Imagem 12. Transporte Luanda (Autora, Outubro 2018). | 20 |
| Imagem 13. Transporte Luanda (Autora, Outubro 2018). | 21 |
| Imagem 14. Transporte Luanda (Autora, Outubro 2018). | 22 |
| Imagem 15. Lixo e saneamento Nova Urbanização (Autora, Outubro 2018). | 25 |
| Imagem 16. Mapeamento participatório Luanda (Autora, Outubro 2018). | 26 |
| Imagem 17. Grupo focal Cariango (Autora, Outubro 2018). | 30 |

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável



A Agenda 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram aprovados em Setembro de 2015 pelos Estados Membros das Nações Unidas em substituição dos Objectivos do Milénio (ODM).

Contrário aos ODM, os ODS aplicam-se a todos os países no mundo – ricos e pobres – e à toda sociedade, sobretudo os mais vulneráveis, com o compromisso de “não deixar ninguém para trás”. Existem um total de 17 objectivos, com 169 metas e 231 indicadores únicos para monitorar o progresso até ao ano 2030.

Os ODS representam uma visão integrada do desenvolvimento sustentável com 3 pilares, reflectindo a sua dimensão social, económica e ambiental, e 5 p's, representando os seus 5 elementos chave: pessoas, prosperidade, planeta, paz e parcerias.



Top:

Img 1. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (UN Habitat).

Above left:

Img 2. 5 P's de Desenvolvimento Sustentável (UN Habitat).

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



ODS 11 Tornar as Cidades e Comunidades Inclusivas, Seguras, Resilientes e Sustentáveis

Em um mundo cada vez mais urbano, quase todos os ODS são relevantes para as cidades. Contudo, o ODS 11 diz especificamente respeito às cidades e comunidades urbanas. O objectivo tem 7 metas que se referem àquilo que tem que ser atingido e 3 metas que se referem às ferramentas necessárias para atingir o ODS 11, todos com os seus respectivos indicadores.

As metas específicas exploradas nesta pesquisa são destacadas abaixo.

META

INDICADOR

11.1

11.1.1



Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e melhorar as condições nos bairros

Proporção da população urbana que vive em bairros degradados, assentamentos informais ou habitações inadequadas

11.2

11.2.1



Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

Proporção da população que tem acesso adequado aos transportes públicos, por sexo, idade e pessoas com deficiência

ODS 11

11.3

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.3.1

Rácio entre a taxa de consumo de terras a taxa de crescimento populacional

11.3.2

Proporção de cidades com estrutura de participação directa da sociedade civil no planeamento e gestão urbana a funcionar regularmente e democraticamente



11.4

Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo

11.4.1

Total da despesa (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o património cultural e natural, por tipo de património (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Património Mundial), nível de governo (nacional, regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios).



11.5

até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres e substancialmente diminuir as perdas económicas directas causadas por elas em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.5.1

Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas directamente afectadas por desastres por 100,000 habitantes

11.5.2

Perdas económicas directas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos



11.6

11.6.1



até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

Proporção de resíduos sólidos urbanos regularmente recolhidos e com adequada descarga do total de resíduos sólidos urbanos gerados, por cidades

11.6.2

Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a $2,5\mu\text{m}$ e $10\mu\text{m}$) nas cidades (população ponderada).

11.7

11.7.1



até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

Proporção de espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência

11.7.2

Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses

O compromisso para com os ODS em Angola

O governo angolano tem demonstrado o seu compromisso para com os ODS através das seguintes iniciativas:

- Enquadramento Estratégico do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 incorpora os ODS e apela pela participação activa de todos na implementação dos ODS
- Elaboração de Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base (INE, 2018) – mas falta de dados para monitorar todos os indicadores

O Plano de Desenvolvimento Nacional refere que: “embora cada país deva decidir a forma de incorporação das metas nas estratégias, políticas e processos de planeamento a nível nacional, a responsabilidade de implementação dos ODS não se restringe aos governos, mas requer uma parceria global, com a participação activa da sociedade civil, do sector privado, das universidades, dos meios de comunicação social e das Nações Unidas. Sublinha-se, também, a necessidade de mobilizar recursos financeiros, bem como reforçar as capacidades de implementação, de monitoria e avaliação, em particular nos Planos de Monitoria e Avaliação.” (GdA, 2018: 56)



Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base
Agenda 2030

“Por uma Angola melhor e sustentável para todos.”



Img 3. Capa de relatório INE (INE, 2018).

Objectivo da pesquisa

O objectivo geral da pesquisa é de tornar a cidade de Luanda, de acordo com o ODS 11, mais “inclusiva, segura, resiliente e sustentável” através da:

- Exploração de novas metodologias para a implementação e monitoria dos indicadores do ODS 11
- Geração de dados de base para a formulação de novas políticas urbanas ou então a implementação de políticas existentes
- Criação e reforço de mecanismos de (co-) produção de conhecimento e a troca de experiências entre actores urbanos diferentes

Metodologia

Entre 2018 e 2019 as seguintes actividades foram realizadas:

- Selecção de três bairros em Luanda: Cariango (Cazenga), Km12A (Viana) e Nova Urbanização 1 e 2 (Cacuaco)
- Apresentação do projecto junto ao governo (INE, GTRUCS, MINOTH), comunidade internacional (UN Habitat, PNUD), sociedade civil, academia e representantes de cada bairro
- Identificação e formação de equipas compostas por membros das comunidades locais, administração local e estudantes universitários em matéria de recolha de dados através do uso de tablets
- Levantamento de um total de 682 inquéritos com um foco nas metas ODS 11.1; 11.2; 11.3; 11.6; 11.7



- Mapeamentos participativos, grupos focais e workshops de partilha e validação dos resultados preliminares em cada bairro



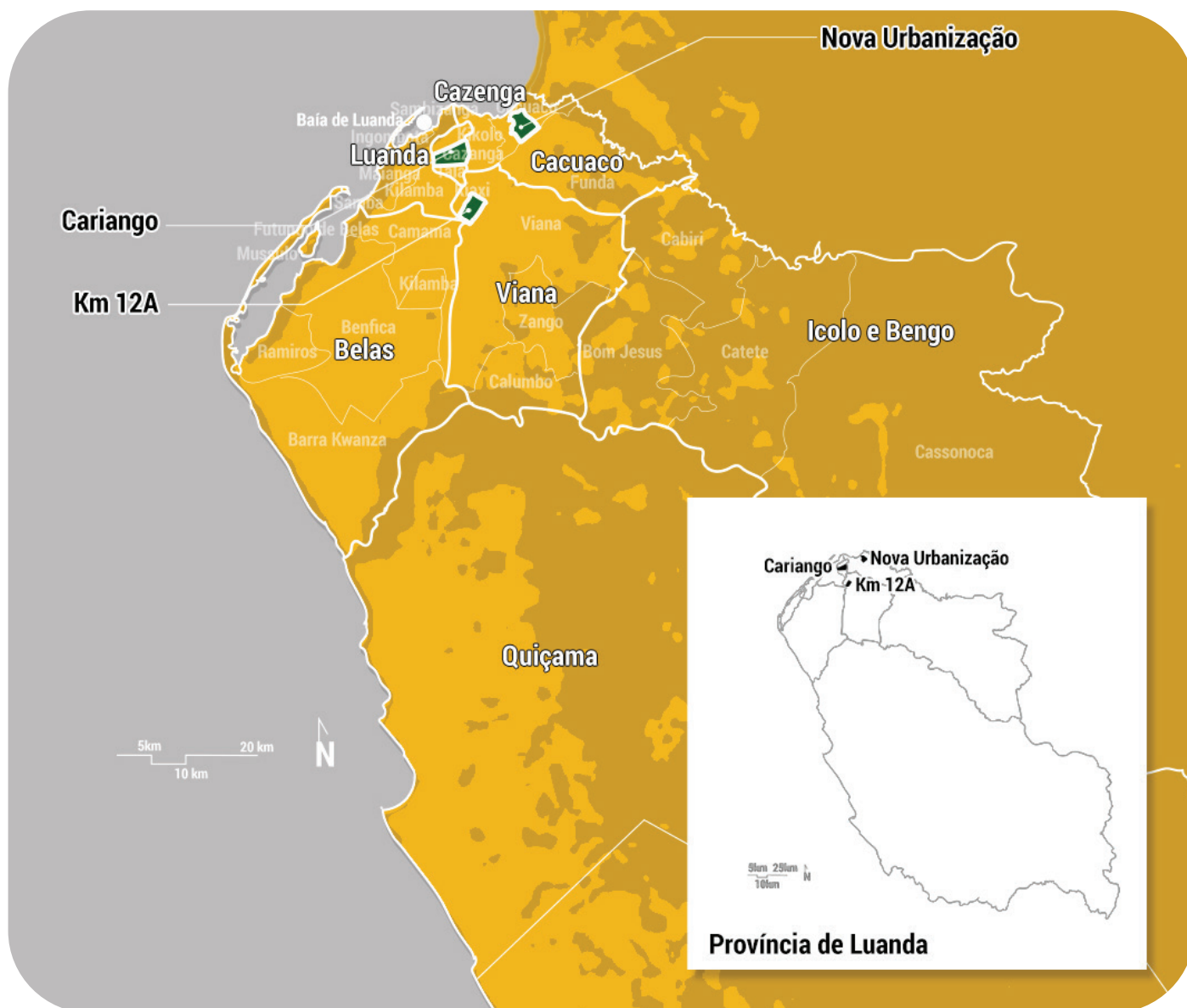
Img 4. Grupo focal Nova Urbanização (Autora, Outubro 2018).



Img 5. Grupo focal Km12A (Autora, Outubro 2018).

Perfil dos bairros inquiridos

Mapa de localização dos bairros em estudo Luanda



Img 6. Mapa de localização dos bairros em estudo Luanda (Bennett, 2020).

Nova Urbanização 2

3200 habitantes
4 sectores
Musseque urbanizado
Homem: 48% Mulher: 52%
Agregado familiar: 6,2
membros

Cariango

10.800 habitantes
5 quarteirões
bairro requalificado
Homem: 40% Mulher: 60%
Agregado familiar: 6,4
membros

Km12 A

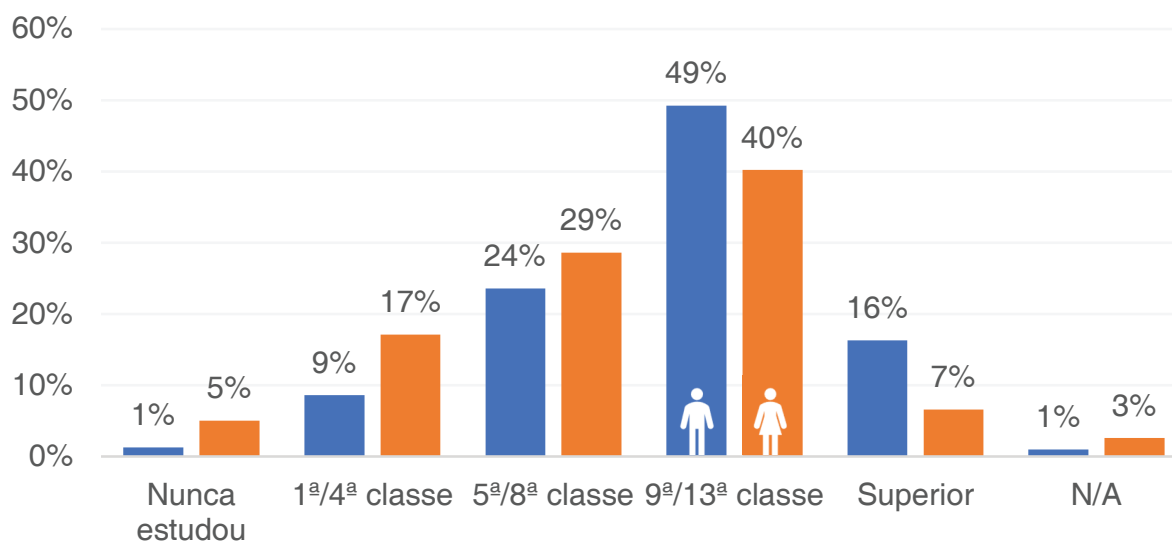
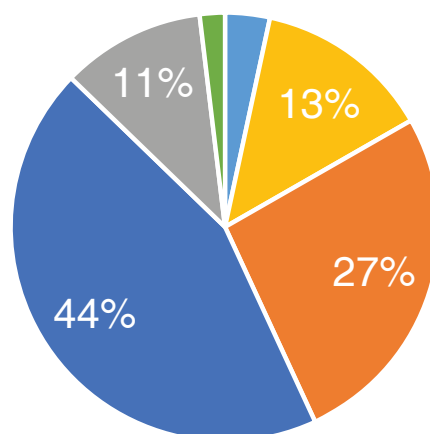
22.867 habitantes
17 sectores e 97 quarteirões
Musseque antigo
Homem: 45% Mulher: 55%
Agregado familiar: 7,2
membros

Perfil socio-económico da amostra total

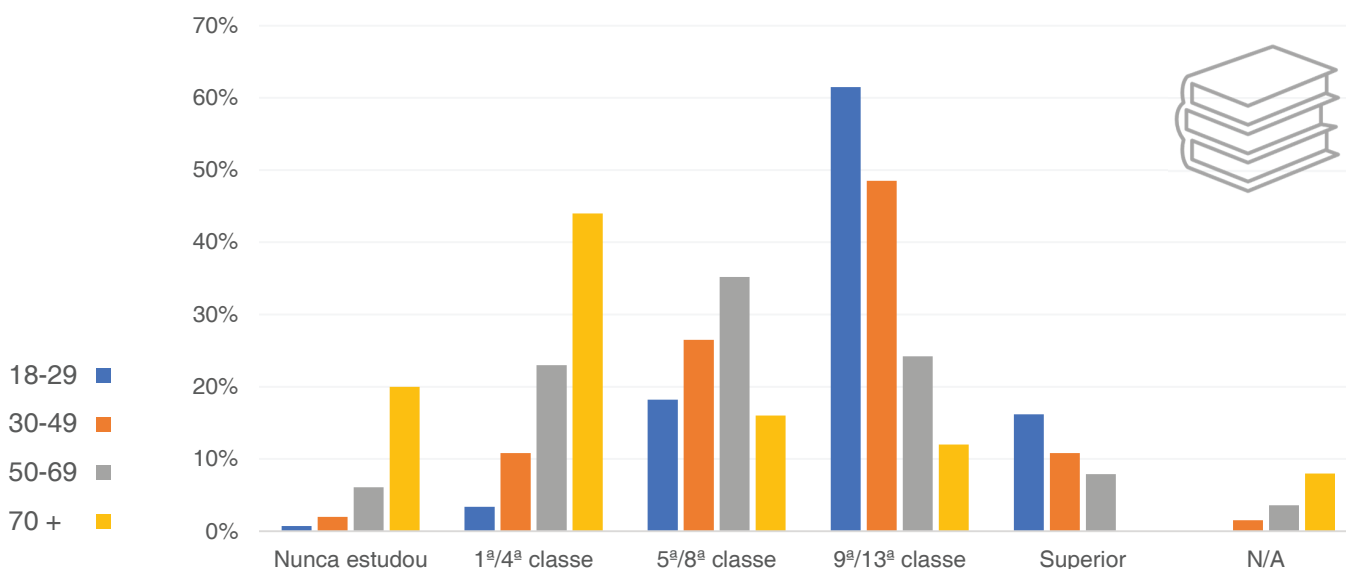
- Quase metade (44%) do total dos inquiridos tem completado no mínimo o ensino secundário—mas estes níveis são ligeiramente mais altos entre homens (49,2%) de que mulheres (40,2%) e entre jovens (61,5% dos jovens de 18 a 29 anos)

Escolaridade

- nunca estudou
- 1ª/4ª classe
- 5ª/8ª classe
- 9ª/13ª classe
- superior
- N/A

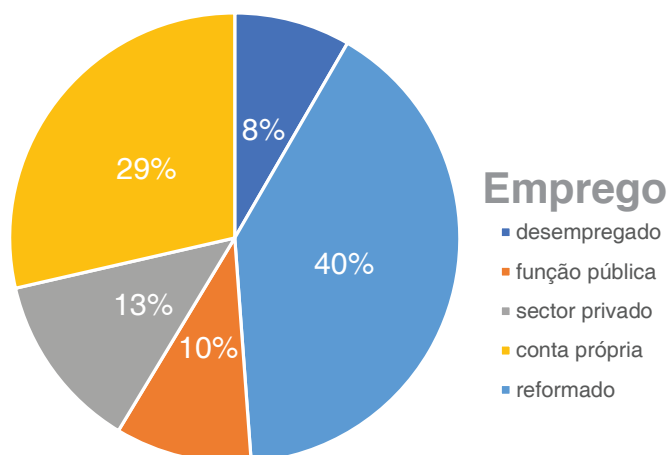


Escolaridade em % homens vs mulheres

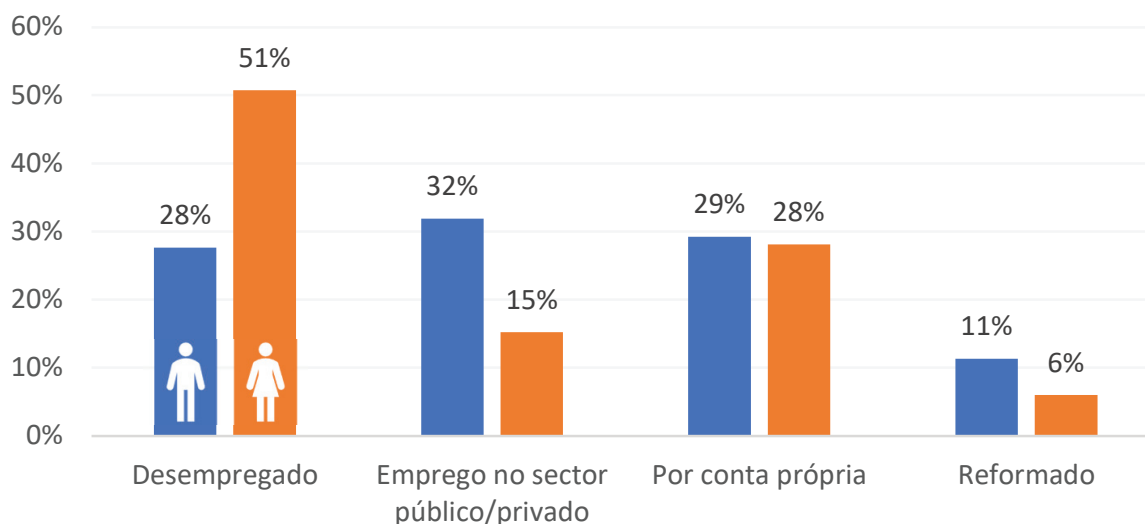


Escolaridade em % por faixa etária

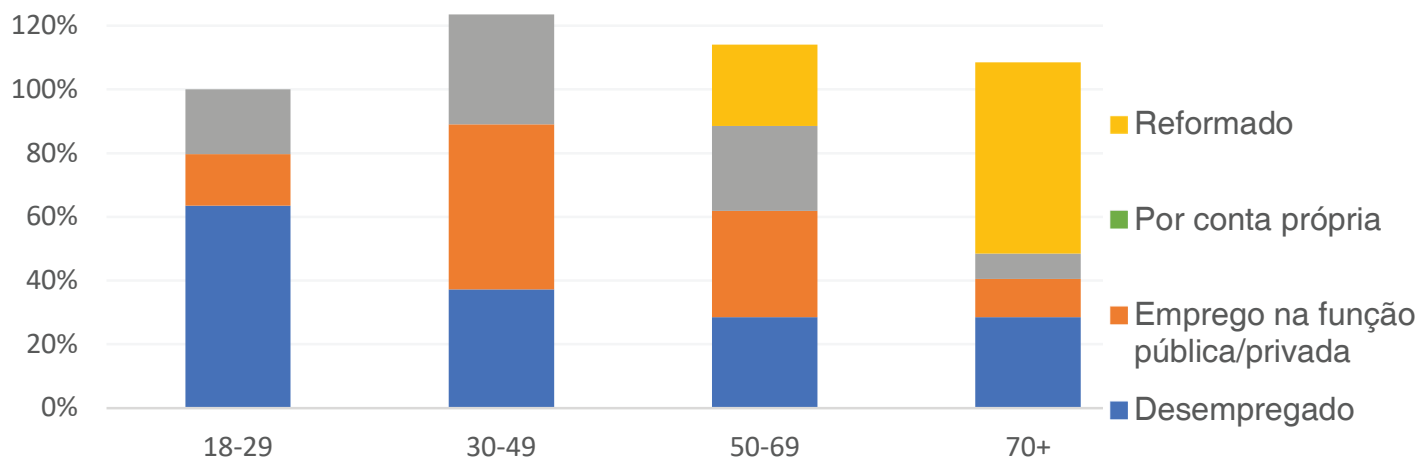
Perfil socio-económico da amostra total



Mais de um terço (40%) encontra-se numa situação de desemprego – estes níveis são mais altos entre mulheres (50,7%) em comparação com homens (27,6%), assim como entre jovens (63,5% entre 18-29 anos)



Emprego em % homens vs mulheres

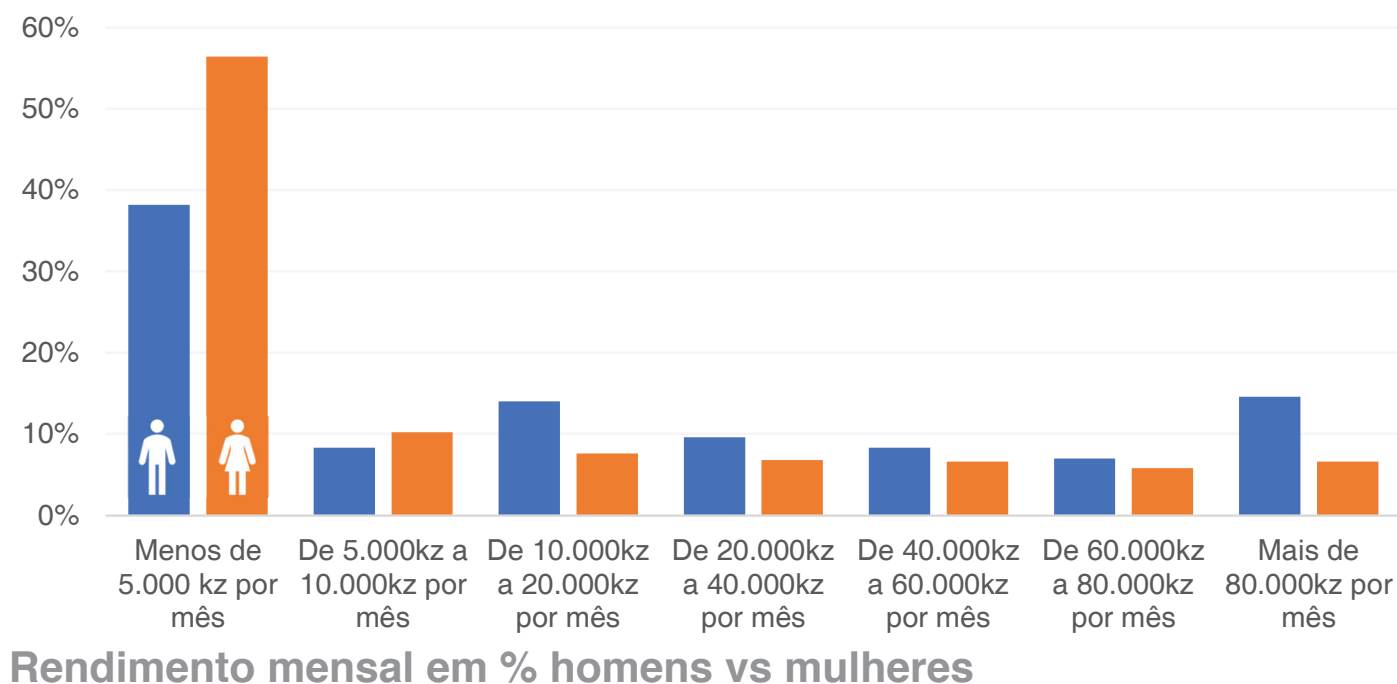
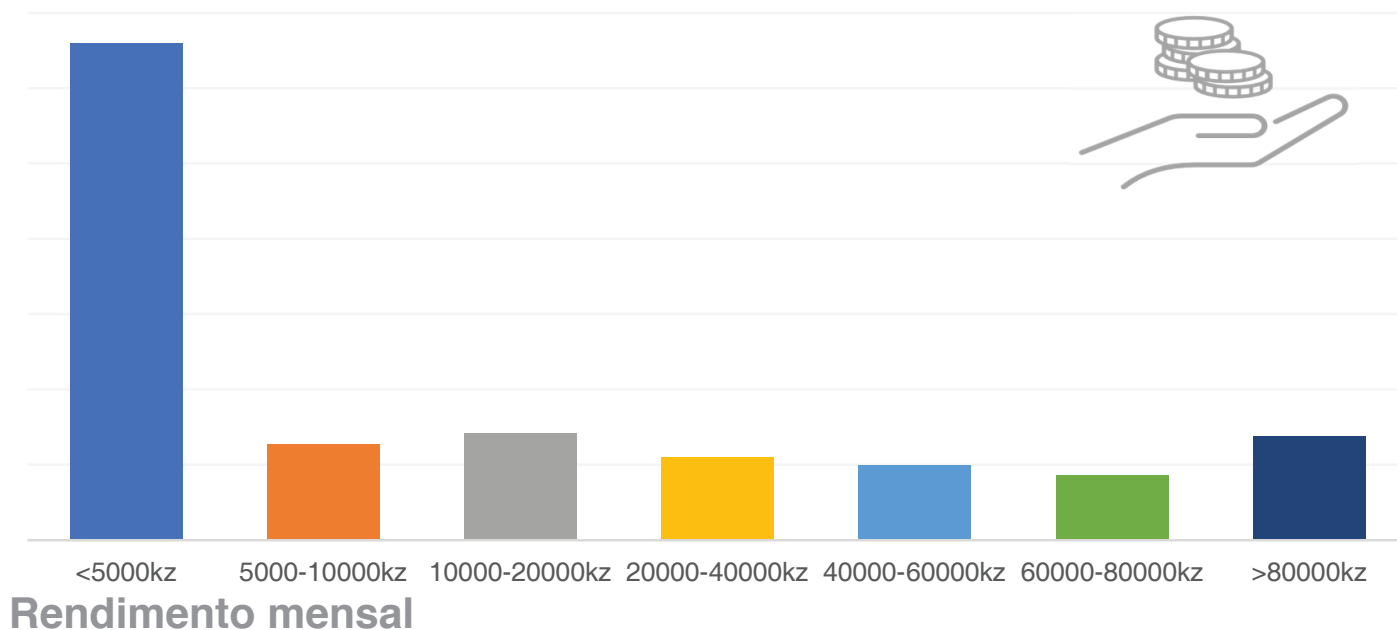


Emprego em % por faixa etária

Quase metade (49%) tem um rendimento mensal (juntando todas as fontes de rendimento) abaixo de 5.000 AOA por mês, estes níveis são mais altos entre mulheres (56,4%) em comparação com homens (38,2%)

Do total 91.7% tem um telemóvel e 30% tem acesso à internet

6% do total é portador de deficiência



Meta 11.1

Meta 11.1

Indicador 11.1.1



Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e melhorar as condições nos bairros

Proporção da população urbana que vive em bairros degradados, assentamentos informais ou habitações inadequadas

Valor de linha de base do indicador INE

Em Angola, 34% dos agregados familiares residentes em áreas urbanas não têm acesso a fonte de água para beber apropriada e 54% não têm acesso a sanitários apropriados não compartilhados.

Mais de metade (69%) dos agregados familiares residentes em áreas urbanas não têm acesso a fonte de água para beber apropriada e sanitários apropriados não compartilhados.

Fonte de dados: INE (2018)

Indicador usado

Resultado

Acesso e segurança de posse de habitação

A maioria tem acesso à habitação pelo mercado informal: cerca de 35% pela auto-construção, 25% através da compra e 19% através da herança

Apenas uma minoria (2%) tem a posse legalizada

Acesso, qualidade e custo dos serviços básicos

Pouco mais de que metade dos inquiridos (51%) tem água em casa da rede

A maioria (81%) acha a água de boa ou suficiente qualidade

Contudo, a mesma maioria (89%) tem o cuidado de tratar a água

Os gastos mensais com água são altos (8704 kz/mês) e considerados injustos

Os gastos aumentam com o uso de fontes privadas (caso bairro Km 12A)

Análise e recomendações

- A proporção da população urbana vivendo em assentos informais não é equivalente à proporção da população urbana sem serviços básicos. Ou seja, a falta de legalização de posse não representa um entrave ao acesso a serviços básicos.

Contudo, os níveis de acesso ainda são baixos, os custos altos e muito variáveis entre os bairros.

- A monitoria do acesso à habitação e aos serviços básicos tem que incluir uma análise dos indicadores de custo, qualidade e regularidade do serviço prestado.



Img 7. Torneira 2 Nova Urbanização (Autora, Outubro 2018).



Img 8. Latrina Luanda (Autora, Outubro 2018).



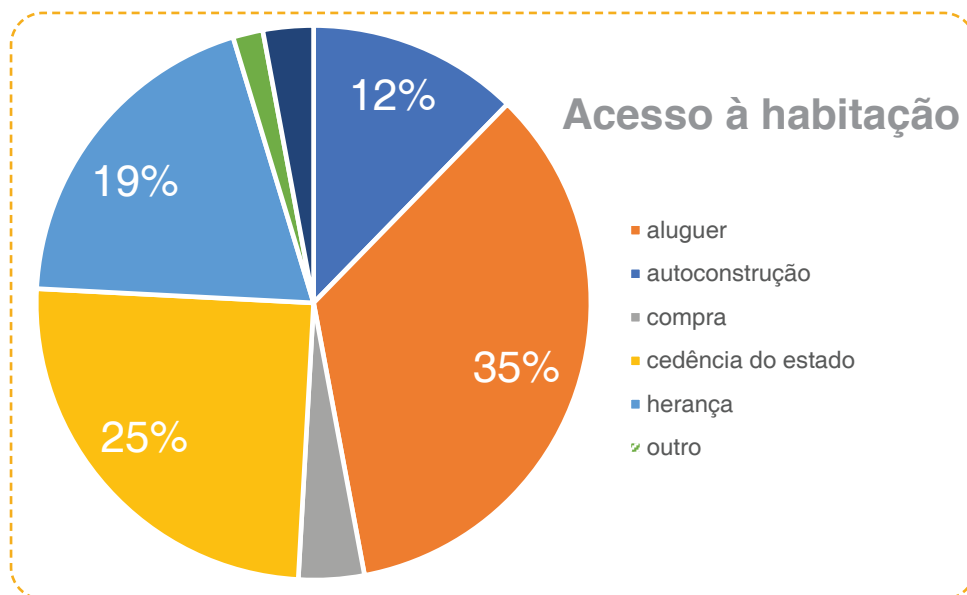
Img 9. Vendedores informais de água Km12A (Autora, Setembro 2018).



Img 10. Água comunal Nova Urbanização (Autora, Outubro 2018).

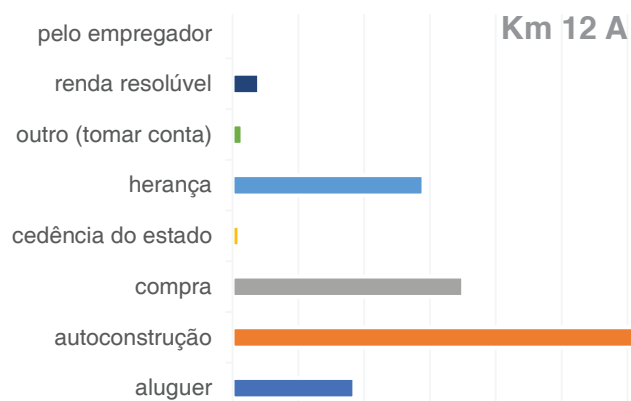
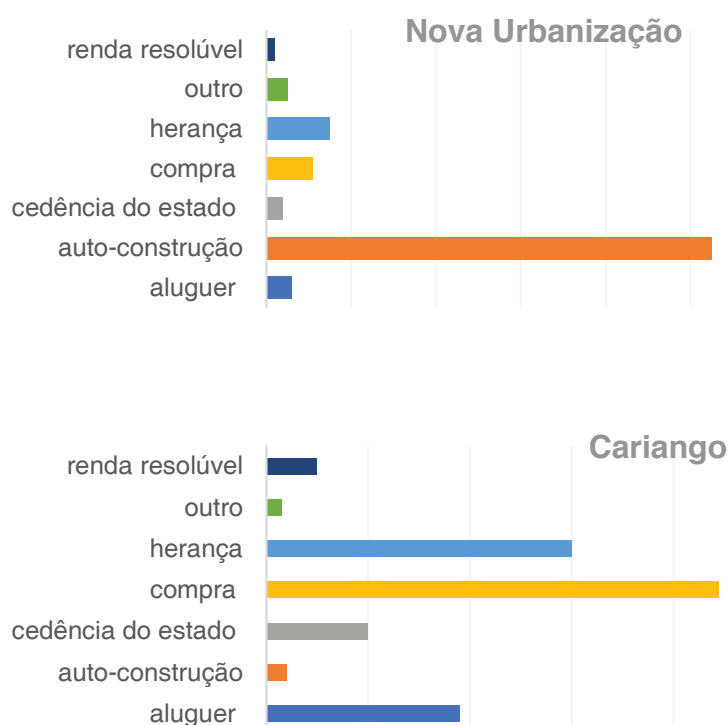
Acesso à habitação

Cerca de 35% de todos os inquiridos teve acesso à casa pela auto-construção, 25% através da compra e 19% através da herança sendo que a modalidade da herança e da compra aumenta quanto mais antigo for o bairro (caso Km 12A e Cariango)



Img 11. Negócio em casa Cariango (Autora, Setembro 2018).

Acesso à habitação por bairro



Segurança de posse

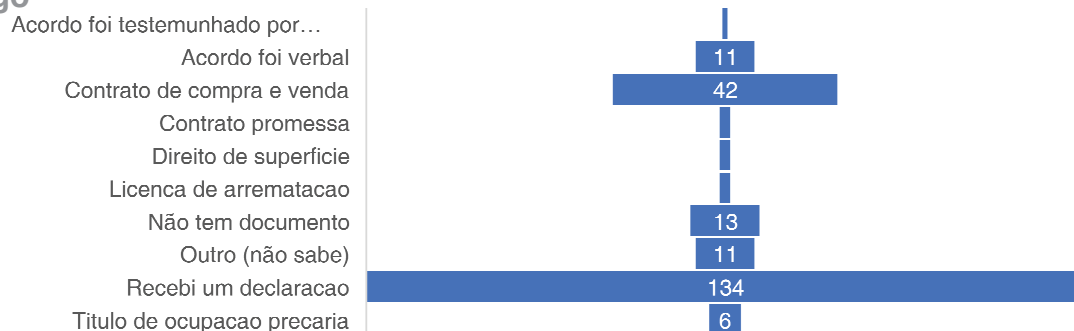
- Mais de metade (59%) recebeu uma declaração para comprovar a prova de posse, 13% tem um contrato de compra e venda, 10% fez acordo verbal
- 8% não tem documento nenhum, sendo que a falta de documentação é mais alta nos bairros mais antigos (Km 12A e Cariango)
- Apenas 2% tem algum documento passado pelo estado (por ex. direito de superfície, licença de arrematação, título de ocupação precária ou croquis de localização)
- Não existe uma relação significativa entre as provas de posse entre mulheres e homens, mas há alguma variação entre a posse e o nível de escolaridade: 57,9% dos quais que não têm documento nenhum nunca estudou ou apenas no ensino primário enquanto 50% dos quais com algum documento emitido pelo estado estudou no ensino secundário ou superior.



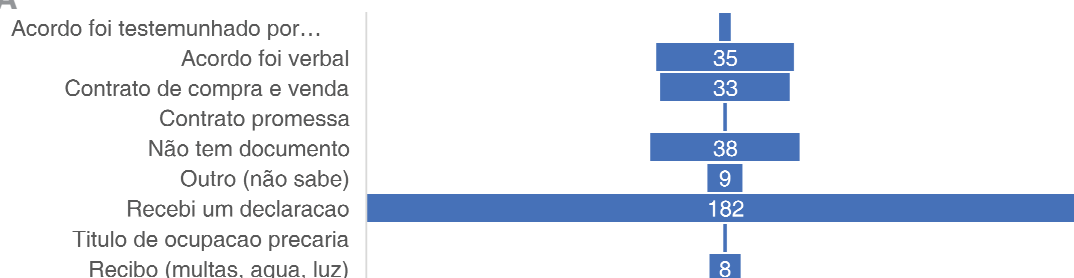
Nova Urbanização



Cariango



Km 12 A

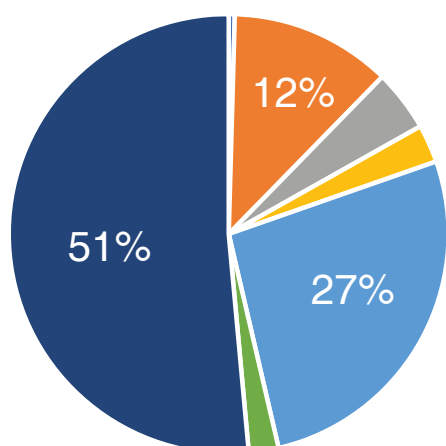


Fonte e qualidade – água

- A maioria dos inquiridos (51%) tem água em casa da rede, quase um terço (27%) depende do tanque do vizinho (a maioria destes sendo moradores no Km 12A)
- A maioria (81%) acha a água de boa ou suficiente qualidade
- Contudo, a mesma maioria (89%) tem o cuidado de tratar a água



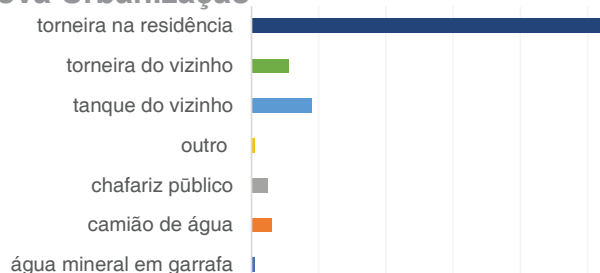
Principal fonte de água



- água mineral em garrafa
- tanque do vizinho
- camião de água/cisterna
- torneira do vizinho
- chafariz público
- torneira na residência
- motorizadas

Principal fonte de água por bairro

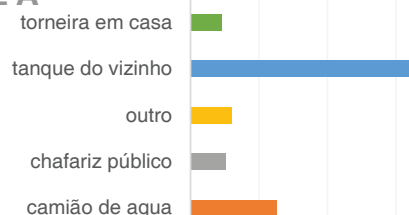
Nova Urbanização



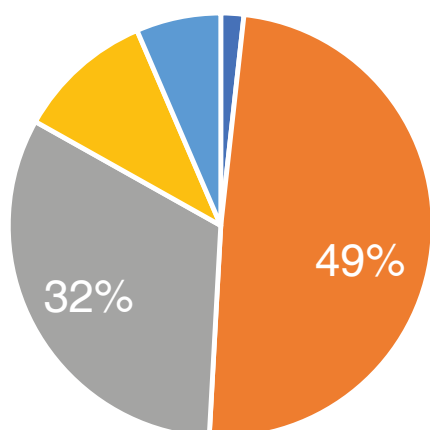
Cariango



Km 12 A

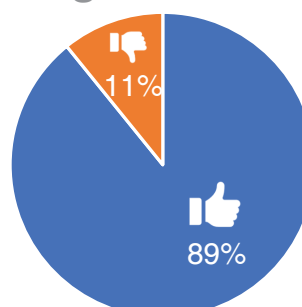


Qualidade da água



- excelente
- mediocre
- boa
- pessima
- suficiente

A água é tratada?



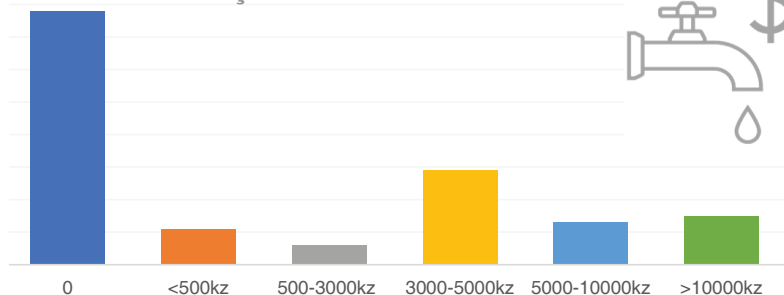
Custo dos serviços – água

- Gasta-se em média 8704 kz/mês em água (total todas as fontes de água)
- Os gastos são mais altos quando se depende de fontes privadas (caso bairro Km 12A), enquanto o alto nível de não pagamento no bairro Nova Urbanização se deve às ligações feitas mas não cadastradas
- 74% dos inquiridos não acha que o preço que pagam seja justo

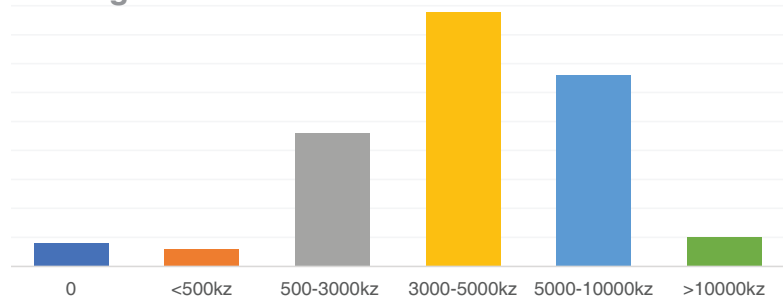


Gasto mensal água por bairro

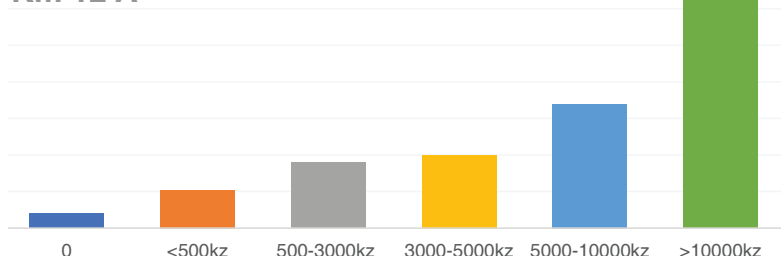
Nova Urbanização



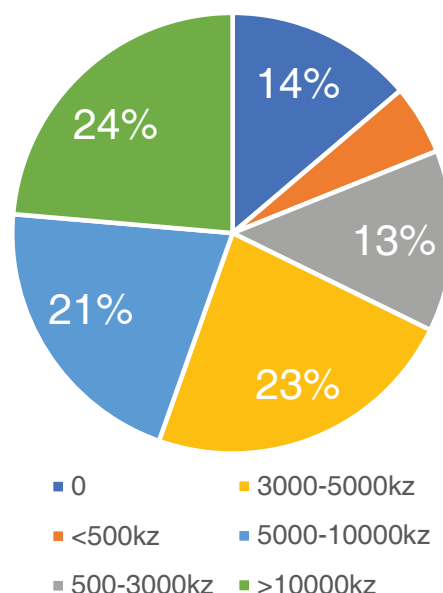
Cariango



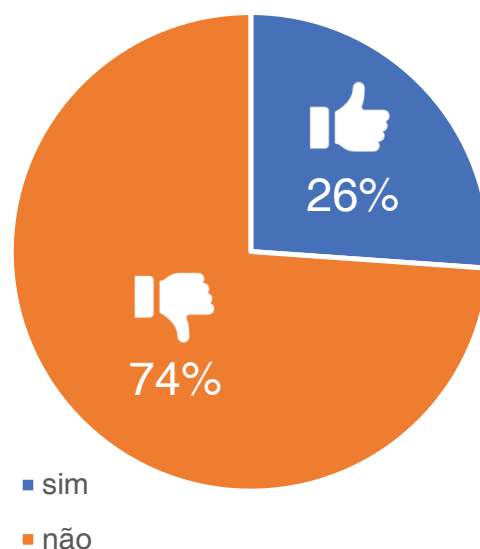
Km 12 A



Gasto mensal água



Acha este preço justo?



Meta 11.2

Meta 11.2

Indicador 11.2.1



Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

Proporção da população que tem acesso adequado aos transportes públicos, por sexo, idade e pessoas com deficiência

Indicador usado

Resultado

Acesso, custo, segurança do transporte por sexo, idade e pessoas com deficiência

77% usa o transporte privado (taxi) como principal meio de transporte, em 13% dos casos em combinação com outro meio de transporte

Cerca de um terço (33%) gasta entre 300 e 600kz por dia, enquanto 41% gasta acima de 600kz por dia

A distância/tempo percorrido de casa até o principal ponto de transporte geralmente não é acima de 300 m

Porém, cerca de um terço (32%) não se sente seguro/a no uso de transporte por causa do medo de assaltos assim como a imprudência dos motoristas.

Análise e recomendações

- O acesso adequado aos transportes não é determinado pelo preço ou a distância aos sistemas existentes, que são considerados relativamente acessíveis para quem os usa, mas pela falta de segurança nos bairros
- A monitoria do uso e acesso ao transporte público deve ser estendido ao transporte oferecido por particulares.
- A melhoria do acesso aos sistemas de transporte têm que incluir os transportes de propriedade privada e passa pela melhoria das condições de segurança, usando indicadores como o estado de infra-estruturas locais (eg. iluminação pública), a segurança pública (policiamento/patrolha noturna) e índices de criminalidade.



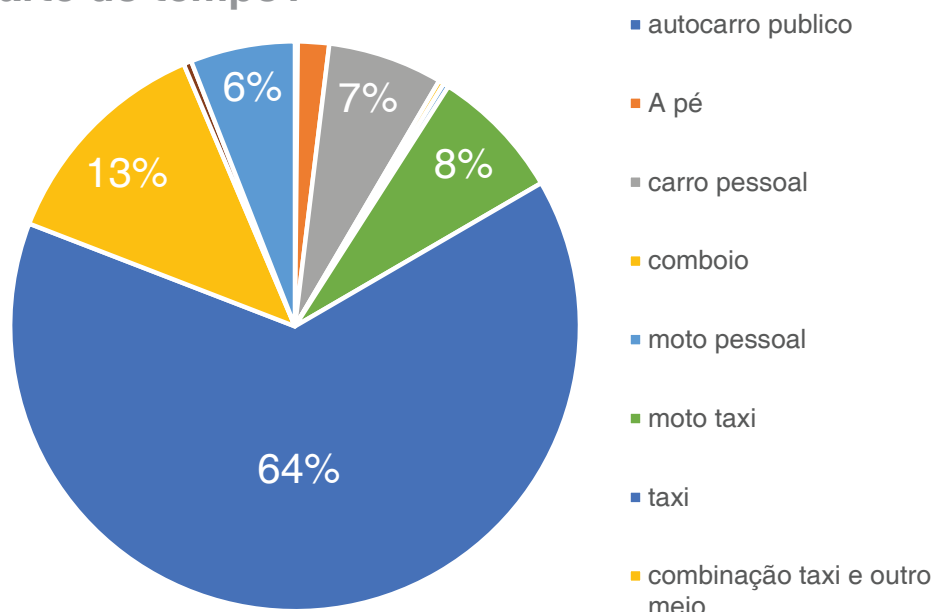
Img 12. Transporte Luanda
(Autora, Outubro 2018).

Principal meio e custos de transporte

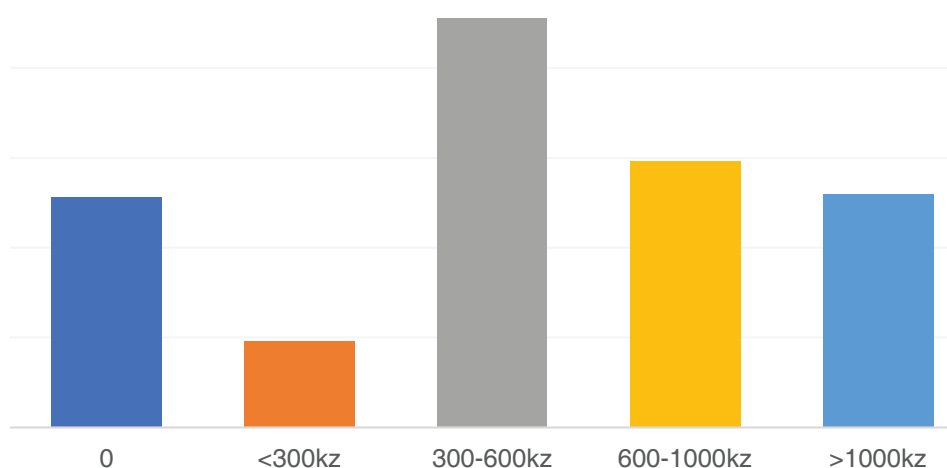
- 77% usa o transporte privado (taxi) como principal meio de transporte, em 13% dos casos em combinação com outro meio de transporte
- Cerca de um terço (33%) gasta entre 300 e 600kz por dia, enquanto 41% gasta acima de 600kz por dia
- Contudo, 19% dos inquiridos responderam que não têm gastos – o que se explica pelo elevado número de pessoas que não usa transporte devido a situação de desemprego ou por trabalhar em casa



Que tipo de transporte usa a maior parte do tempo?



Quanto gasta por dia em transporte?



Img 13. Transporte Luanda (Autora, Outubro 2018).

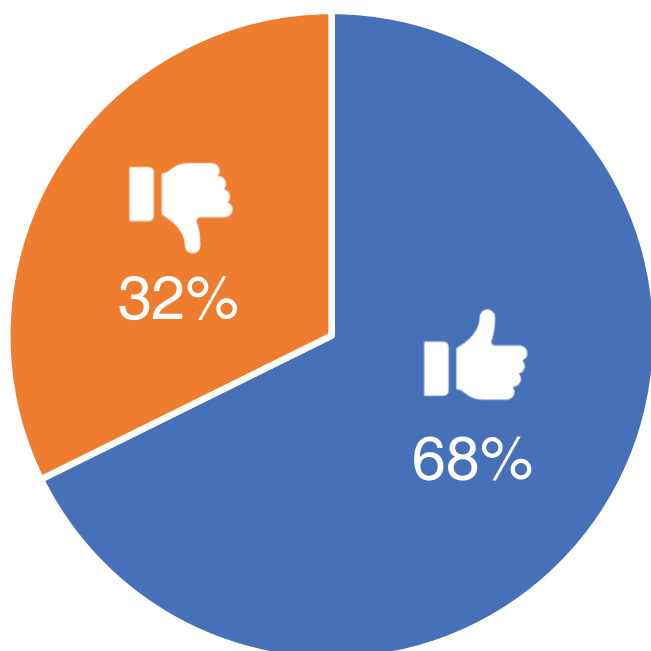
Acesso e segurança

- A distância/tempo percorrido de casa até o principal ponto de transporte geralmente não é acima de 300 m
- Porém, cerca de um terço (32%) não se sente seguro/a no uso de transporte por causa do medo de assaltos assim como a imprudência dos motoristas. Notavelmente, não existe uma diferença significativo no sentido de falta de segurança entre homens (28%) e mulheres (35,7%).
- A maioria (87%) dos meios de transporte não tem lugares prioritários para pessoas idosas ou com deficiência
- Não foi possível recolher uma amostra suficiente de portadores de deficiência para avaliar a experiência deste grupo de utentes.

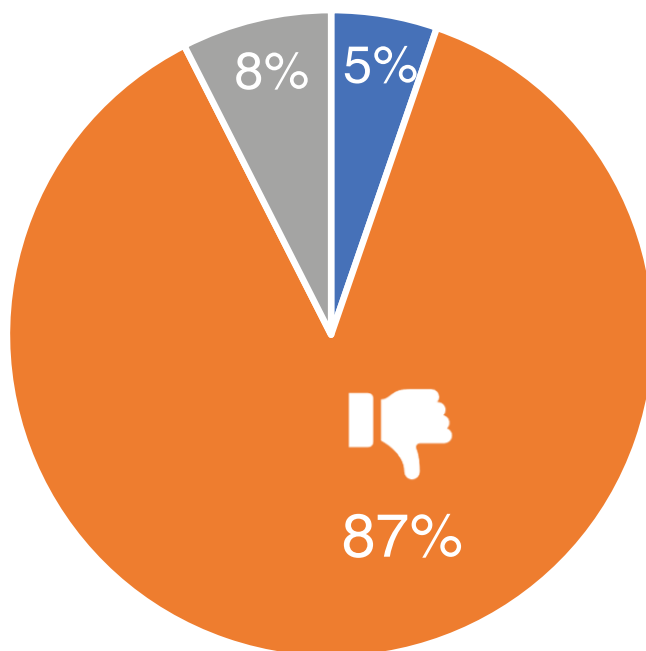


- sim
- não
- alguns

Sente-se seguro/a?



Lugares prioritários?



Img 14. Transporte Luanda (Autora, Outubro 2018).

Meta 11.6

Meta 11.6



até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

Indicador 11.6.1

Proporção de resíduos sólidos urbanos regularmente recolhidos e com adequada descarga do total de resíduos sólidos urbanos gerados, por cidades

Indicador 11.6.2

Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a $2,5\mu\text{m}$ e $10\mu\text{m}$) nas cidades (população ponderada).

Indicador usado

Resultado

Nível e frequência de recolha de resíduos municipais

A maioria dos inquiridos (76%) diz que não existe sistema de recolha de lixo

Os níveis de recolha diferem muito entre os bairros, variando de 70% a 19%

Onde há recolha, a frequência da recolha geralmente é de mais de uma vez por semana

Percepção local de questões ambientais

Para 54,3% dos inquiridos as questões ambientais que mais afetam os bairros são às cheias/inundações

89% dos inquiridos diz não haver actividades relacionadas à proteção ambiental

Análise e recomendações

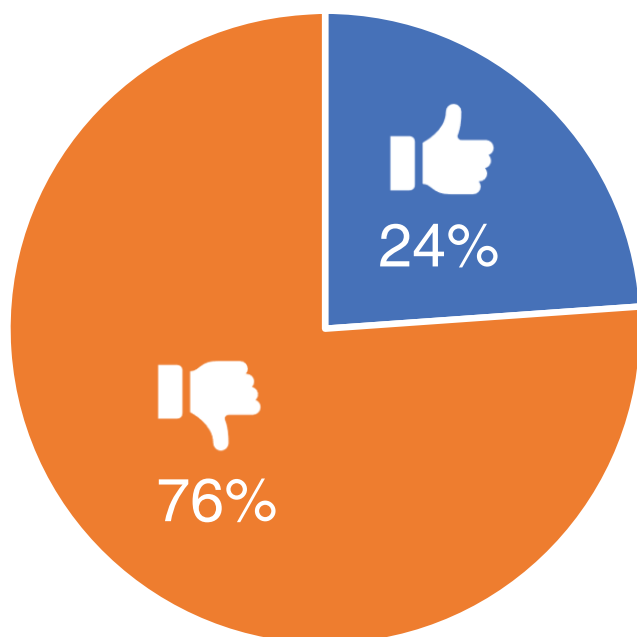
- A melhora da gestão de resíduos sólidos não passa apenas pela melhoria dos serviços de recolha, mas também por campanhas e atividades de sensibilização ambiental.
- Importante incorporar a percepção local de questões ambientais que pode não necessariamente estar relacionado à qualidade do ar.
- A prevalência de cheias/inundações está principalmente ligado à ocupação desordenada e/ou falta de sistemas de drenagem. Por isso, a monitoria do impacto ambiental negativo da cidade tem que incorporar outros indicadores como a expansão urbana e intervenções correspondentes como a requalificação e o re-ordenamento do espaço urbano.

Nível e frequência de recolha de resíduos municipais

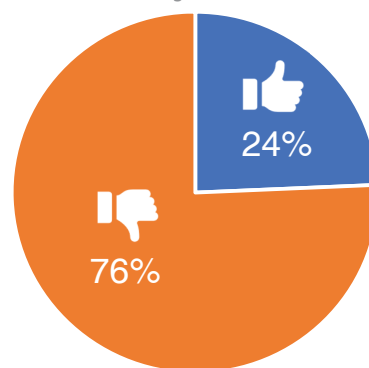
- A maioria dos inquiridos (76%) diz que não existe sistema de recolha de lixo, a diferença é maior entre o bairro Cariango onde a maioria diz haver recolha (70%) e Km 12A onde apenas 19% dizem que há recolha
- Onde há recolha, a frequência da recolha geralmente é de mais de uma vez por semana
- Em caso de não haver recolha as pessoas indicam levar o lixo para os contentores mas também confessam deitar fora em locais públicos não apropriados



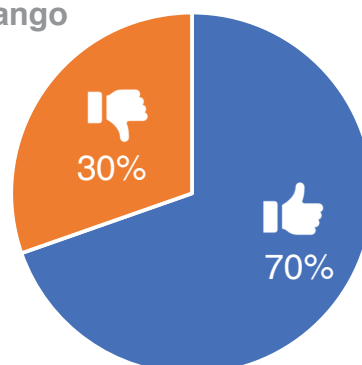
Existe sistema de recolha de resíduos sólidos pelo estado?



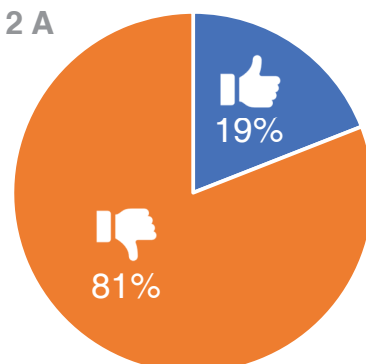
Nova Urbanização



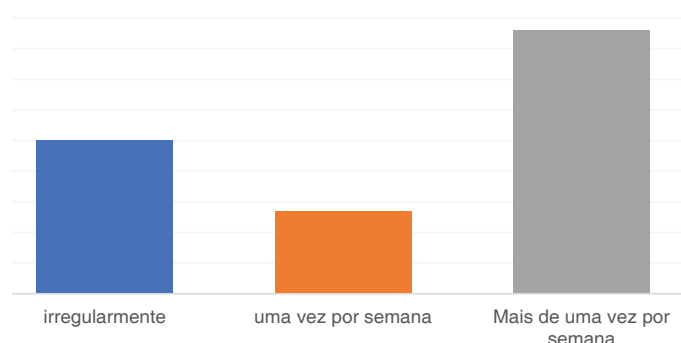
Cariango



Km 12 A



Frequência da recolha pelo estado?



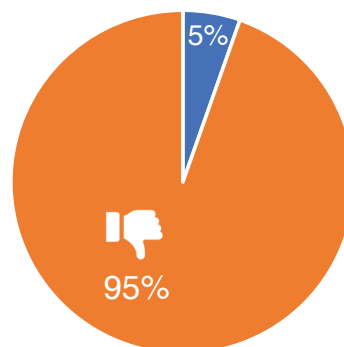
Qualidade do ar/ambiente

- Não foi possível medir os níveis de qualidade do ar e não existem dados publicamente disponíveis sobre os mesmos.
- Os principais problemas ambientais segundo 54,3% dos inquiridos são as cheias/inundações, assim como problemas específicos por cada bairro – sendo as queimadas de lixo no Km 12A, os efeitos da terra argilosa na Nova Urbanização e a falta de arborização no Cariango
- 89% dos inquiridos diz não haver actividades relacionadas à proteção ambiental
- As que têm tido lugar têm sido principalmente facilitados pelo chefe de quarteirão e secretário do bairro

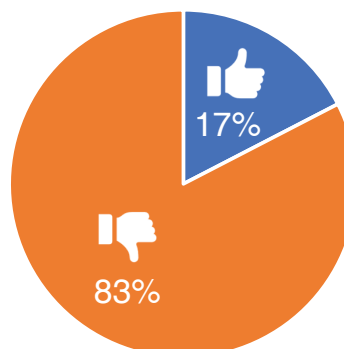


Actividades proteção ambiental?

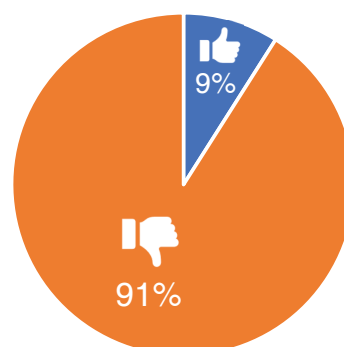
Nova Urbanização



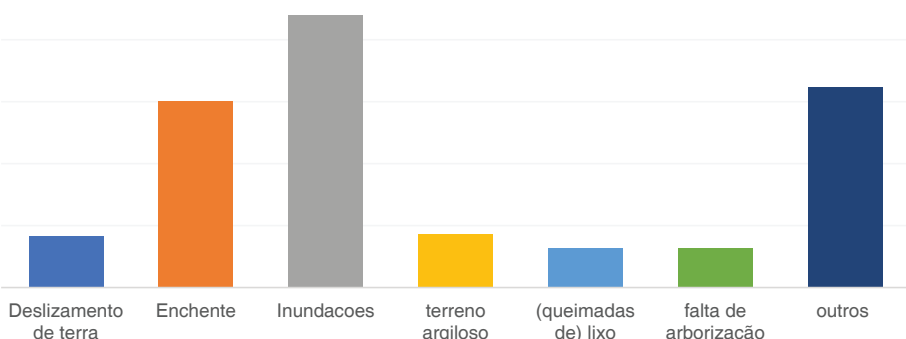
Cariango



Km 12 A



Principais problemas ambientais



Img 15. Lixo e saneamento Nova Urbanização (Autora, Outubro 2018).

Meta 11.7

Indicador 11.7.1



até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

Proporção de espaço aberto para uso público nas cidades para o total da população

Indicador usado

Resultado

Existência, uso e nível de satisfação com espaços públicos por sexo, idade e pessoas com deficiência

A maioria (82%) dos inquiridos diz que o bairro não tem espaços públicos de lazer

Os níveis de satisfação com os espaços verdes em cada bairro são baixos: a maioria dos inquiridos (87.5%) diz sentir-se insatisfeito ou muito insatisfeito

74,6% das mulheres usa estes espaços às vezes ou muitas vezes contra 65,7% dos homens

66,7% dos idosos (70+) diz nunca fazer uso dos espaços contra 20% da faixa etária de 30 a 49 dos quais 77,3% usa com regularidade

Análise e recomendações

- O uso dos espaços é condicionado pela falta de manutenção e segurança dos mesmos. Por isso, os espaços públicos e verdes precisam de estruturas/mecanismos funcionais de gestão.
- A monitoria dos espaços públicos e/ou verdes tem que incluir indicadores sobre o acesso e uso efectivo e inclusivo dos mesmos, sobretudo pelos mais vulneráveis.



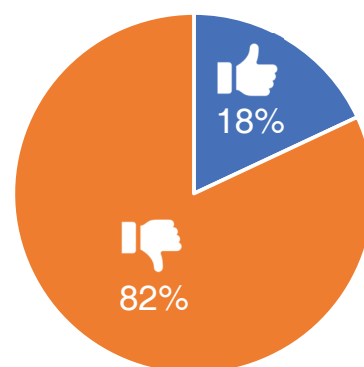
Img 16. Mapeamento participatório Luanda (Autora, Outubro 2018).

Espaços públicos

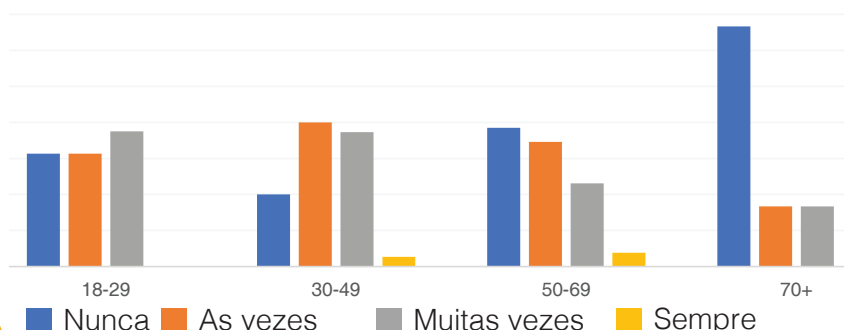
- A maioria (82%) dos inquiridos diz que o bairro não tem espaços públicos de lazer
- O bairro de Cariango representa uma exceção (48%) mas o espaço lá é um centro comunitário, não um espaço verde
- Os níveis de satisfação com os espaços verdes em cada bairro são baixos: a maioria dos inquiridos (87.5%) diz sentir-se insatisfeito ou muito insatisfeito
- 66,7% dos idosos (70+) diz nunca fazer uso dos espaços contra 20% da faixa etária de 30 a 49 dos quais 77,3% usam com regularidade, provavelmente por terem filhos
- O uso de espaços públicos é ligeiramente mais alto entre mulheres: 74,6% usa estes espaços às vezes ou muitas vezes contra 65,7% dos homens



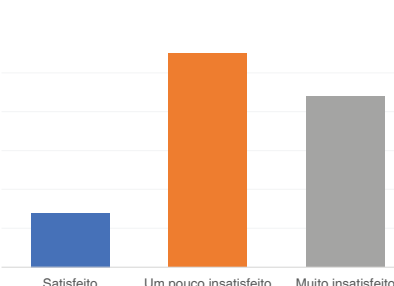
Espaços públicos de lazer?



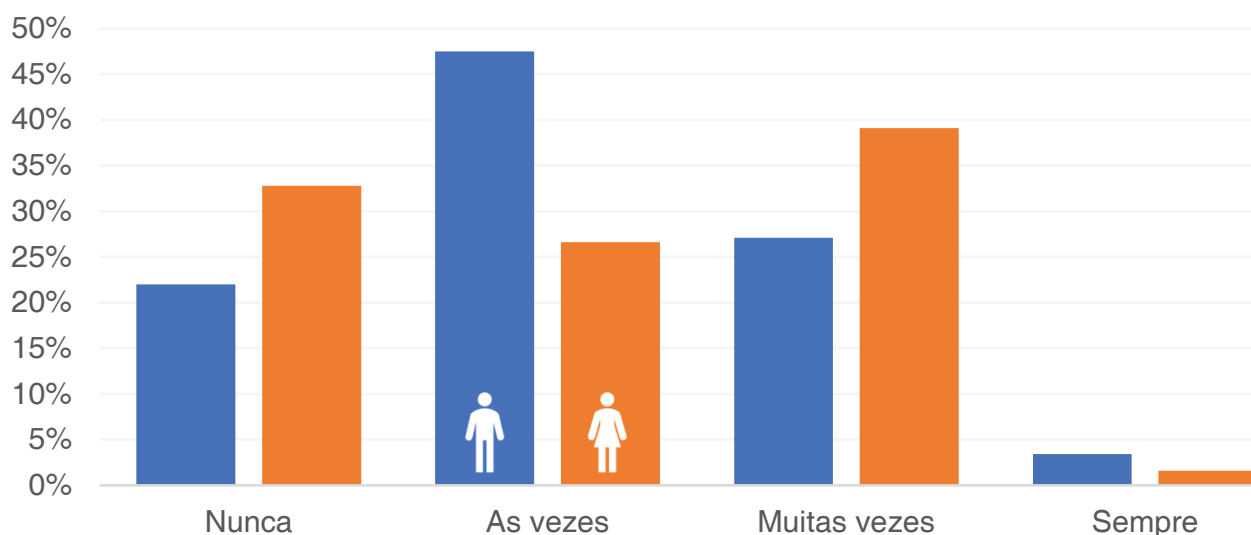
Uso de espaços por faixa etária



Grau de satisfação



Uso espaços públicos homens vs mulheres



Meta 11.3

Meta 11.3

Indicador 11.3.1



Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

Rácio entre a taxa de consumo de terras a taxa de crescimento populacional

Indicador 11.3.2

Proporção de cidades com estrutura de participação directa da sociedade civil no planeamento e gestão urbana a funcionar regularmente e democraticamente

Valor de linha de base do indicador INE

11.3.1: A razão entre a taxa de consumo de terra e a taxa de crescimento populacional é de 7,1.

Fonte de dados: INE, 2018

11.3.2: Em Angola 5,2% dos municípios possuem planeamento e gestão urbana (# de municípios com planos directores).

Fonte de dados: INE, 2018

Indicador usado

Resultado

Existência de e participação em estruturas locais de participação

Todos os bairros têm estruturas de participação para comunicar e resolver as preocupações das comunidades que consistem principalmente das comissões de bairro

Estas autoridades locais são mais contactadas por homens de que mulheres (por exemplo 55,5% homens já contactaram a comissão de moradores algumas ou muitas vezes contra 38,9% das mulheres), assim como por mais velhos (idade 50+)

Não existem diferenças significativas na participação em estruturas locais entre homens e mulheres

Análise e recomendações

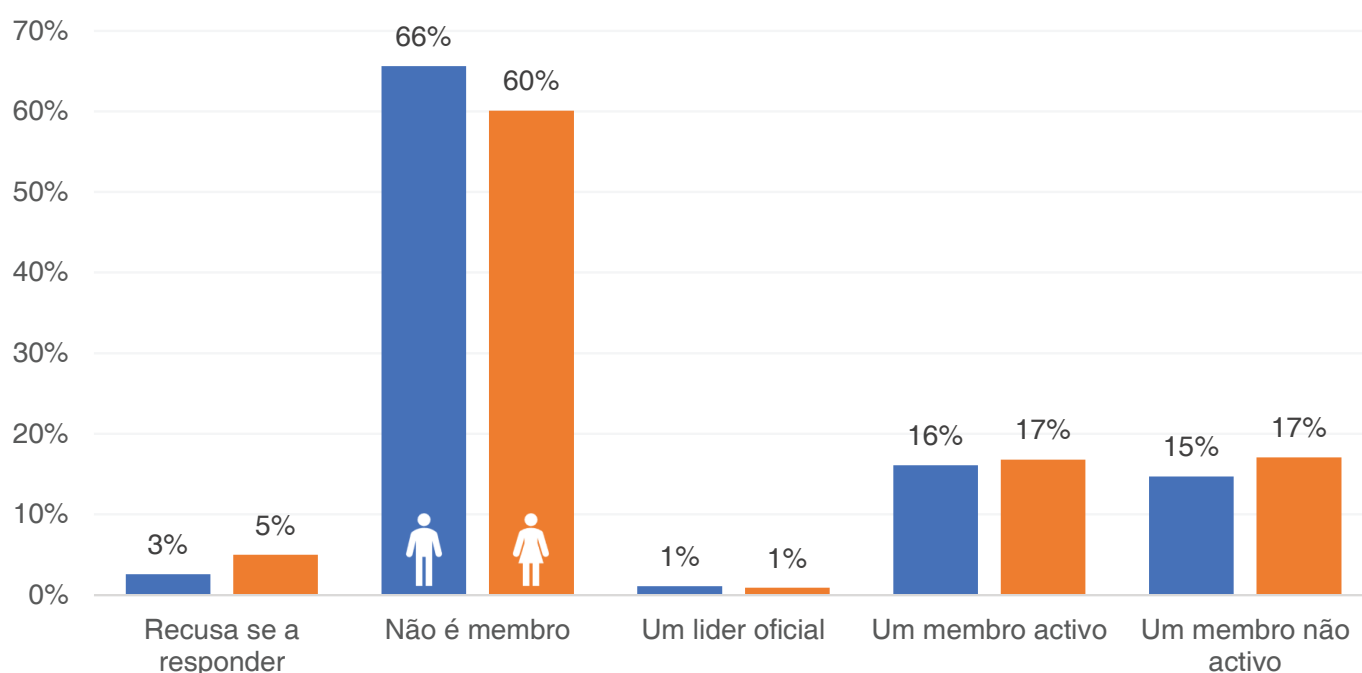
- A monitoria de estruturas locais de participação tem que incorporar um reconhecimento da existência de estruturas de liderança e administração ao nível do bairro.
- É preciso mais atenção e apoio para o acesso e a participação por mulheres e jovens nestas estruturas para garantir o seu funcionamento regular e democrático.
- É preciso mais atenção e apoio para as parcerias e iniciativas comunitárias existentes e as suas contribuições na criação de soluções para questões de planeamento e gestão urbana.

Preocupações e participação

- A criminalidade e segurança, o barulho (poluição sonora), o lixo e a falta de serviços são apontadas como as maiores preocupações nos bairros inquiridos
- Os inquiridos dirigem-se nomeadamente à comissão de moradores, ao administrador local com as suas preocupações, seguido pela polícia
- Estas autoridades locais são mais contactadas por homens de que mulheres (por exemplo 55,5% homens já contactaram a comissão de moradores algumas ou muitas vezes contra 38,9% das mulheres), assim como por mais velhos (idade 50+)
- Não existem diferenças significativas na participação em estruturas locais entre homens e mulheres



Participação em comissão de moradores



Conclusões

Os resultados desta pesquisa não são conclusivos ou completamente representativos, mas sim apontam à importância de ir para além de usar indicadores que medem o acesso quantitativo e incorporar indicadores que incorporam a dimensão qualitativa (preço, qualidade – segurança, inclusividade e sustentabilidade) das metas na realização do ODS 11.

Para além de inquéritos que incorporam este tipo de indicadores, a monitoria deve incluir métodos como grupos focais especificamente dedicados à experiência de grupos vulneráveis como as mulheres, os idosos, pessoas com deficiência, mas também a juventude urbana.

Os resultados mostram tendências e padrões gerais, mas variam entre os vários bairros. Isto indica a importância de análises desagregadas que mostram a variação que existe a nível local. Em outras palavras, o estudo aponta à necessidade da localização dos indicadores de monitoria dos ODS para reflectirem estas realidades e percepções locais e informarem a formulação de políticas e intervenções urbanas apropriadas.

Os resultados são focados nas várias metas do ODS 11, mas mostram que sem a realização dos objectivos e metas relacionados à erradicação da pobreza (ODS 1), emprego digno e crescimento económico (ODS 8) ou infra-estruturas (ODS 9) estas metas não poderão ser atingidas, requerendo então intervenções holísticas, inter-sectoriais e envolvendo múltiplos actores.



Img 17. Grupo focal Cariango (Autora, Outubro 2018).

Agradecimentos

O estudo “Co-produzindo o conhecimento urbano: a caminho da realização do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 11” faz parte de um estudo comparativo realizado nas cidades de Maputo, Moçambique – em colaboração com o Centro de Análise de Políticas, Universidade Eduardo Mondlane – e Luanda, Angola – em colaboração com a Development Workshop Angola – com apoio do programa Leading Integrated Research for Agenda 2030 in Africa (LIRA 2030). O programa é implementado pelo Conselho Internacional de Ciências (ISC) em parceria com a Rede de Academias Africanas das Ciências (NASAC), com apoio da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida).

A equipa de pesquisa reconhece e agradece o apoio e a colaboração das seguintes pessoas/ entidades:

Administrações Municipais

- Administração Municipal do Cacuo/Distrito do Cacuo
- Administração Municipal do Cazenga/Distrito do Tala Hadi
- Administração Municipal de Viana/Distrito da Estalagem

Comissões Moradores

- Gabriel Canhangá, Coordenador do Bairro Nova Urbanização 2
- Jorgina Lourenço, Secretária do Bairro Nova Urbanização 2
- Bonifácio Quiwana, Fiscal do Bairro Nova Urbanização 2
- Cândido António, 2º vogal do Bairro Nova Urbanização 2
- Manuel Fernandes, Coordenador do Bairro Nova Urbanização 1
- Simão David, Secretário do Bairro Nova Urbanização 1
- Gonçalo Baptista Neto, Coordenador do Bairro Cariango
- Simão Freitas Francisco, Secretário do Bairro Cariango
- Gonçalves Pedro Mafumba, coordenando do Bairro Km12A

Estudantes Universitários:

- Artur Vissuma
- Agnelo João
- Aristoteles André
- Jorge da Fonseca
- Maria Cadula
- Maria Dombaxi
- Maximiliano Inácio
- Samuna Jaime

Outros

- Afeu Siamatuka
- A direcção da Escola Teresiana em Viana
- A direcção Municipal da Educação do Cacuo
- Responsáveis dos sectores 3,4,5,8,10,11,15,16 do Bairro Km12A

APOIO



- **Investigadora Principal:**
Dr. Sylvia Croese
African Centre for Cities, University of Cape Town, South Africa
Email: sylvia croese@gmail.com
- **Co-Investigadora Principal Luanda**
Massamba Dominique
Development Workshop Angola
Email: massambaodeth@gmail.com

Informações adicionais

- Governo de Angola (2018), Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.
- Instituto Nacional de Estatística (2018), Objectivos de Desenvolvimento Sustentável Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base Agenda 2030.
- Todos os dados recolhidos são abertamente acessíveis online:
<https://www.datafirst.uct.ac.za/dataportal/index.php/catalog/832>